A democracia no limite

Osvaldo Alvarenga · 15.11.2026

CULTURA · POLÍTICA · SOCIEDADE

Devemos aproveitar a nossa vulnerabilidade compartilhada para forjar uma identidade comum, um «nós» expandido que ofereça o pertencimento que o contrato social atual falhou em entregar.

«Se as pessoas são livres para escolher, elas são livres para escolher a falta de liberdade.» — Karen Stenner, HOPE Not Hate (2020).

Ao reler as crônicas que escrevi nos anos da pandemia para organizar o meu livro *Cinco anos depois*, percebi que, por todo o tempo, eu falava de dois males que se espalharam mundo afora: a COVID-19 e, à sombra, o autoritarismo – demagógico e bárbaro –, ambos aterrorizando e contaminando as pessoas. Hoje, tudo indica, superamos o SARS-CoV-2. Sim, ele continua por aí e não vai desaparecer tão cedo; provavelmente nunca. Houve milhões de contágios e mortes e houve a vacina. Imunizados muitos, atenuado o vírus, morremos menos agora. Desenvolvemos meios de mitigar os males dessa peste. Também o vírus se adaptou para viver em nós sem matar o hospedeiro. Quase ao mesmo tempo, não sei se você sente assim, para mim, parece que fomos tomados por uma outra epidemia: a das más ideias. Conhecemos seus sintomas: medo, indignação, ira, simplismo, credulidade, xenofobia. Desconheço a causa. Que mal é esse? De onde vem? Por que o surto se manifesta em algumas pessoas e não em outras?

A ideia ou o conceito na psicologia para a origem do autoritarismo surgiu dos primeiros esforços para explicar a disseminação virulenta dos fascismos nos anos 1920–30 do século passado. Wilhelm Reich deu sua contribuição, em 1933, com *A Psicologia de Massas do Fascismo*. Em *Medo da Liberdade*, de 1941, Erich Fromm1 propõe que, em tempos de incertezas e ameaças, as pessoas se submetem a uma autoridade – um líder ou regime autoritário – e abandonam a reflexão, trocando liberdade por segurança. Em 1950, Theodor W. Adorno2 e colegas publicaram *A Personalidade Autoritária*, um grande estudo em que descrevem nove traços implícitos da personalidade suscetível à ideologia fascista: «crença no destino», visão rígida e fatalista do mundo que justifica sistemas opressivos tidos como inevitáveis ou «cientificamente» provados (a eugenia, o *darwinismo social*); «autoritarismo convencional», rigidez diante de normas e valores considerados tradicionais; «submissão autoritária», aceitação sem questionamento crítico de um líder ou figura de autoridade; «agressão autoritária», hostilidade contra quem desafia a ordem ou regras do grupo; «anti-intracepção», oposição e intolerância à subjetividade, à introspecção e à criatividade; «superstição e estereotipação», pensamento mágico e crença em estereótipos (predisposição a teorias conspiratórias e ideias preconcebidas sem conhecimento dos fatos);

«poder e dureza», fascínio pela força, disciplina e dominação; «desconfiança e cinismo», tendência a desconfiar de tudo e de manter uma visão negativa sobre o caráter humano; e «preocupação com sexualidade e moralidade», austeridade nas questões sexuais e morais.

> A ideia ou o conceito na psicologia para a origem do autoritarismo surgiu dos primeiros esforços para explicar a disseminação virulenta dos fascismos nos anos 20 e 30 do século passado.

As pesquisas no campo da psicologia política nunca pararam. Em 1981, com *Right-Wing Authoritarianism – RWA*, um estudo que explora e mede o conjunto de atitudes que caracterizam o autoritarismo, Bob Altemeyer3 faz uma revisão conceitual, distinguindo o conservadorismo econômico do social e definindo o modelo que batizou de «Autoritarismo de Direita». Nesse modelo, o escore de RWA pontua a inter-relação de três características independentes: o convencionalismo, aceitação de convenções sociais tradicionais (papéis de gênero, religião, moralidade, vestuário, comportamento público); a submissão autoritária, deferência às autoridades estabelecidas (ou a líderes autoritários, sobretudo quando há forte sentimento de ameaça); e a agressão autoritária, hostilidade a indivíduos e grupos vistos como desviantes (exemplos da época: *punks*, *gays*, ateus, feministas). Na década de 1990, Jim Sidanius e Felicia Pratto4 desenvolveram a *Teoria da Dominância Social*, com ela procuram explicar a formação e manutenção de sistemas de hierarquia social e opressão baseados em grupos. Segundo essa teoria, todas as sociedades humanas capazes de produzir excedentes econômicos se organizam em sistemas de hierarquia social, em que os grupos dominantes detêm a maior parte do poder e recursos em detrimento de grupos subordinados: adultos sobre crianças, homens sobre mulheres e «maiorias» sobre «minorias» (com base em gênero, classe social, etnia, religião, nacionalidade). A hierarquia é mantida por mecanismos objetivos e subjetivos, incluindo a discriminação institucional e individual, em que dogmas, estereótipos e ideologias são usados para fundamentar as desigualdades. No nível individual, os psicólogos desenvolveram o modelo de *Orientação para a Dominância Social – SDO*. Baseado nos traços de personalidade, o escore mede a disposição de uma pessoa a manter ou aumentar a hierarquia social do próprio grupo. Esse modelo prediz preconceito contra estratos de baixo *status*, apoio à dominação entre grupos, baixa empatia e conservadorismo. Mais recentemente, diversos estudos têm explorado, de um lado, o «determinismo social» (atribuído a Fromm), em correlação com o «determinismo biológico» (desenvolvido por Adorno e colegas) e, de outro, o *RWA* com o *SDO*. A Escala de «Autoritarismo de Direita» tem sido associada a centenas de modelos psicossociais, sugerindo que esse tipo de autoritarismo constitui um padrão estável que varia de pessoa para pessoa, incluindo preconceito generalizado, etnocentrismo, ideologia política conservadora e preferência por controle social punitivo.

Há cerca de um ano, soube das pesquisas de Karen Stenner5 por um artigo do cientista político e professor da Universidade Federal da Bahia, Wilson Gomes. Com base nessas investigações, a psicóloga e cientista política australiana arrisca uma resposta às perguntas que fiz ao final do primeiro parágrafo: o mal é a «predisposição autoritária» desencadeada pela «ameaça normativa»; e essa predisposição,

presente em uns e ausente em outros, é o que explica quem adoece com o surto e quem escapa.

A psicóloga consolidou dados de pesquisas aplicadas em diferentes países ao longo de duas décadas. Entre 2005 e 2020, publicou artigos acadêmicos, um livro e um ensaio nos quais apresenta a sua tese sobre como as ameaças normativas ativam a intolerância à diversidade. No livro *The Authoritarian Dynamic* (2005), ela defende que o autoritarismo corresponde a uma dimensão fundamental da psicologia humana, uma propensão que nos posiciona, de forma relativamente estável ao longo da vida, numa escala que vai desde o desejo de autoridade e conformidade do grupo até a vontade de liberdade e diversidade. Estudos com gêmeos idênticos, uns criados juntos e outros separados, indicam que fatores genéticos respondem por cerca de metade da variação na inclinação autoritária. Mas, segundo diz a autora, isso não significa que o restante possa ser atribuído à socialização, já que há muita variação ainda por explicar.

Stenner apresenta o conceito de «predisposição autoritária» – presente em cerca de um terço da população –, associada à forma mais ou menos flexível com que lidamos com a diversidade, a incerteza, o pluralismo de opiniões e os comportamentos que consideramos desviantes. Ao núcleo mais rígido deu o nome de «autoritários». São homens e mulheres que sentem uma necessidade profunda de uniformidade e de identificação com uma autoridade capaz de impor a ordem e garantir a coesão do grupo. Esse traço, que Stenner chama de «desejo de unidade e homogeneidade», é comum em quem tem dificuldade ou baixa disposição para lidar com a insegurança, as contradições e a complexidade da vida. Pelo que vejo, pode vir acompanhado de menor nível de instrução, vocabulário limitado, baixa sofisticação intelectual e falta de fundamentação política. Os autoritários preferem as explicações fáceis, explícitas e maniqueístas, as regras rígidas e as ordens categóricas. Em alguns indivíduos, além da falta de abertura à experiência, a incapacidade cognitiva aparece como um marcador da «personalidade autoritária». Para quem busca unidade e homogeneidade, a condição tácita é aceitar que a autoridade exerça o controle e defina os limites necessários para alcançar esses fins.

> Os autoritários preferem as explicações fáceis, explícitas e maniqueístas, as regras rígidas e as ordens categóricas.

No lado oposto, Stenner encontra os «libertários» ou os «não autoritários». Eles representam outro terço da população. São indivíduos que valorizam a diferença e a autonomia individual em detrimento da uniformidade e da autoridade coletiva. Têm alta tolerância à complexidade, ao contraste e ao pluralismo nas sociedades. Convivem com ideias diferentes sem necessidade de impor ordem rígida ou uniformidade aos outros. Para estes, que rejeitam a imposição de regras de comportamento e resistem a qualquer barreira à liberdade individual, o requisito básico é gostar de conviver com a multiplicidade de comportamentos que essa ausência de intervenção permite.

Um parêntese importante: a predisposição autoritária não é de direita ou de esquerda, conservadora ou progressista. Tampouco é extremista. É um traço psicológico específico, com baixa relevância para a predição ideológica. Em seu ensaio para a revista *HOPE not hate*, em 2020, Stenner nota que «a autodenominação de alguém como 'de esquerda' ou 'de direita' é quase completamente independente de uma predisposição ao autoritarismo». Ela exemplifica com dados da *Pesquisa EuroPulse*, de dezembro de 2016, com 11.188 entrevistas realizadas em todos os países da União Europeia: os autoritários são ligeiramente mais propensos a se autodenominarem «de direita», e o inverso para os não autoritários. Mas a margem é mínima. Como boa parte dos seus antecessores, ela buscava entender a adesão aos totalitarismos. Sua tese procura explicar o porquê da adesão em massa – e, digo eu, repentina – ao autoritarismo de extrema-direita e, nalguns casos, aos movimentos protofascistas. Há, contudo, um autoritarismo de esquerda, e pesquisadores contemporâneos têm mergulhado nas motivações e nos feitios desse autoritarismo. O que aproxima os «autoritários de direita» e os «autoritários de esquerda» é o desejo de conformidade do grupo à custa da liberdade individual. Se você tem interesse pelo assunto, recomendo o artigo *Clarifying the Structure and Nature of Left-Wing Authoritarianism*, de Thomas H. Costello e colegas, de 2022, publicado no *Journal of Personality and Social Psychology*. Como o vírus do autoritarismo de esquerda ultimamente tem adoecido menos pessoas, preocupa-me mais o outro, esse surto que vem provocando febre alta há pelo menos uma década. Aqui, meu foco é esse.

No mesmo ensaio de 2020, Stenner descreve os autoritários como pessoas que «observam a sociedade e querem minimizar as diferenças em todas as suas formas: raciais, morais e políticas». Buscam estabelecer e defender certas instituições, leis, costumes e normas, que têm como efeito reduzir a diversidade de pessoas, crenças e comportamentos com os quais convivemos. Esses objetivos não podem ser alcançados sem um conceito compartilhado dos limites desse coletivo, sem a definição clara das fronteiras desse território e de quem está dentro ou fora delas. Mas em sociedades multiculturais, diversas e complexas nem sempre essa marcação é óbvia. Geralmente o que nos confere identidade, significado e pertencimento são a língua, a história, as tradições, as lembranças compartilhadas e as lendas comuns sobre o que somos e como somos; são também as autoridades – instituições e líderes – que reverenciamos e os padrões de conduta segundo os quais exercemos controle coletivo sobre o comportamento alheio. Para aqueles mais apegados à conformidade do grupo, o consenso sobre quais são esses valores fundamentais é vital para a compreensão da própria identidade social, para se encaixar na coletividade e se sentir estimado e seguro dentro dela.

Para tornar tangível a ilusória fronteira, geralmente o coletivo é demarcado com base em conceitos rígidos e categóricos como raça, etnia, nacionalidade e religião compartilhados entre seus membros. A partir daí, os autoritários investirão muita energia para distinguir, glorificar e privilegiar o «nós», enquanto excluem, menosprezam e discriminam o «eles», porque a diversidade humana e a liberdade para exercê-la afrontam o consenso do grupo, porque baralham o que é permitido, proibido ou esperado. Para o autoritário, a diversidade será sempre o inimigo a ser exterminado. Ela é uma ameaça direta à

«ordem normativa» do «nós». A tal «ameaça normativa», de que fala Stenner.

Ela separa o conservadorismo em dois tipos: o *laissez-faire* e o do *status quo*. A correlação entre autoritarismo e conservadorismo *laissez-faire* é praticamente inexistente. O conservador *laissez-faire* é o tipo de pessoa que defende o Estado mínimo e se opõe à intervenção estatal nos mercados. Alguém com esse perfil, ao contrário do autoritário, tende a rejeitar a interferência governamental em todos os assuntos do indivíduo, incluindo suas escolhas morais, crenças e atividades políticas. Já em relação ao conservador do *status quo*, há uma modesta correlação com a predisposição autoritária. Stenner descreve esse conservador como alguém com predileção pela estabilidade e pela preservação do estado de coisas existente. É apenas aí que as preocupações e preferências desses dois sujeitos podem coincidir: diminuir o ritmo da mudança social ajuda a reduzir a variedade e a complexidade do mundo que nos cerca. Podem, nem sempre seguem unidas, porque o autoritário está pronto para abraçar com fervor transformações radicais e derrubar autoridades e instituições estabelecidas que aos seus olhos sejam incapazes de fornecer a ordem normativa que almeja; basta uma voz de comando suficientemente persuasiva e carismática que prometa maior união e homogeneidade ao final da «gloriosa cruzada». O conservador do *status quo*, ao contrário, dificilmente apoiará uma «revolução autoritária». Sua tendência é repudiar mudanças e rupturas institucionais e não se opor à diversidade construída no tempo. Aqui, autoritários e conservadores combatem de trincheiras diferentes.

> [...] o autoritário está pronto para abraçar com fervor mudanças sociais drásticas e derrubar autoridades e instituições estabelecidas que aos seus olhos sejam incapazes de fornecer a ordem normativa que almeja; basta uma voz de comando suficientemente persuasiva e carismática que prometa maior união e homogeneidade ao final da «gloriosa cruzada».

Para Stenner é clara a diferença entre conservadorismo e o que chamamos de nacional-populismo, ultradireita, extrema-direita ou populismo reacionário. Sistematicamente os partidários dessa corrente se apropriam de conceitos movediços e os misturam a outros igualmente difusos e se autoproclamam «conservadores», «patriotas», «a verdadeira direita» ou «iliberais». E deixam-se perder na confusão de significados. Ela vê nesses movimentos um tipo de reacionarismo com forte dose de tribalismo e de intolerância à diferença. Algum racismo, nativismo, nacionalismo, etnocentrismo e xenofobia também ajudam a dar forma a essas ideias – que são populistas porque exploram o sentimento do «nós contra eles» e a percepção de ameaça à ordem e aos valores do grupo. Na propaganda dessa turma, com frequência, líderes e instituições tradicionais são vistos como interesseiros, corruptos, traidores e desconectados daqueles que deveriam representar: «o povo» (que é «puro», «real» e «verdadeiro»). Nessa visão, o Estado se curva às elites, às minorias e aos «outros» perigosos. São eles que exploram e frustram os desejos desse povo e querem calar sua voz, tirar seus direitos e perverter seus valores e identidade. Revelado o mal e delineada a ameaça, políticos ditos *outsiders* apresentam suas soluções simples, categóricas e salvadoras, que devolverão ao «povo» seus direitos, reconhecimento e orgulho,

como num passado que nunca existiu.

O contraste entre as reações do autoritário e do não autoritário às ameaças normativas é profundo, com comportamentos quase opostos. Na observação empírica de Stenner, geralmente acontece de os autoritários estarem constantemente atentos ao ambiente em busca de ameaças à unidade e à homogeneidade. É bem verdade que eles são pouco propensos a identificá-las, mas reagem de forma intensa quando as percebem. Exigem que os líderes adotem a surrada combinação de políticas e práticas para manter limites, impor normas e fortalecer a liderança e, assim, proteger essa unidade e homogeneidade que creem estar em risco. Por isso, amiúde, eles são francamente zelosos promotores do coletivo. Já os não autoritários, quando os líderes falham, as instituições decepcionam e os compatriotas testam os laços que os ligam, tendem a ficar menos atraídos por políticos e discursos populistas e a tornar-se mais inclusivos e tolerantes, menos severos e punitivos e, em geral, menos dispostos a usar a autoridade coletiva para controlar o comportamento de outras pessoas. Nos autoritários, as ameaças pessoais têm efeito contrário ao das coletivas: por exemplo, a percepção de declínio econômico nacional aumenta a sua rigidez e intolerância, mas o estresse financeiro individual desativa a predisposição autoritária. As experiências pessoais – problemas de saúde, financeiros, luto, perdas – parecem desviar a atenção do coletivo e deixam os autoritários menos implacáveis.

As ameaças à homogeneidade racial, à superioridade e ao *status* do grupo, assim como a incompetência das lideranças e a perda de consenso, podem servir como catalisadores para regimes antidemocráticos. Mas, acima de tudo, a cacofonia gerada dentro das democracias liberais, com suas múltiplas instituições, eleições frequentes e variados níveis de poder; as disputas acirradas entre partidos e candidatos; os frequentes desentendimentos e conflitos entre opositores; as ofensas e os sarcasmos nas bancadas parlamentares; as críticas implacáveis da imprensa às autoridades e os escândalos políticos intermináveis; os protestos da população e a dissidência barulhenta; e uma gente variada, de muitas causas, línguas, traços, cores, estilos de vida, religiões, valores e costumes, vinda de diferentes cantos do mundo, que luta dia após dia por maior protagonismo, vantagens e progresso. Tudo isso faz da sociedade e do sistema político polarizados uma babel cheia de ameaças normativas para os autoritários. Nesse cenário, desiludir-se com as instituições, com os líderes e com os compatriotas e sentir que ninguém concorda mais em nada, que se perderam os laços que um dia nos tornaram grandiosos, é o princípio que ativa o sentimento de perda de controle, frustração e raiva. É o demônio que exige ordem, intolerância, punição e xenofobia. É a faísca da dinâmica autoritária. É a origem do mal que contagia uns e não outros.

> Em contraste com o jornalismo profissional e suas rotinas de verificação, responsabilização e filtragem, as plataformas digitais acolhem a propaganda disfarçada, a desinformação e a mentira. São um ambiente propício à disseminação de medo, indignação e intolerância, e à transformação de pequenas brechas ou desvios das normas em grandes terremotos emocionais.

Até aqui, descrevi o traço e o gatilho. Falta o amplificador.

São incontáveis os estudos sobre os efeitos das mídias digitais na democracia. Em contraste com o jornalismo profissional e suas rotinas de verificação, responsabilização e filtragem, as plataformas digitais acolhem a propaganda disfarçada, a desinformação e a mentira. São um ambiente propício à disseminação de medo, indignação e intolerância, e à transformação de pequenas brechas ou desvios das normas em grandes terremotos emocionais. Já sabemos, os algoritmos não são neutros: privilegiam as emoções fortes, aquelas que mais prendem a atenção do usuário, geram maior interação e engajamento e aumentam o tempo de conexão e, com ele, o lucro. Nas autocracias e nas democracias emergentes as redes costumam ampliar a participação política e o acesso à informação. Não é o que acontece em democracias consolidadas: Lisa Oswald6 e colegas revisaram 496 trabalhos, dos quais a maioria aponta para perigos como polarização, hostilidade a quem pensa diferente, crescimento de movimentos populistas, desconfiança nas instituições e na imprensa e proliferação de desinformação.

O vírus encontra, assim, o seu vetor. Roan Buma7 acompanhou, em 2020 e 2021, os posts de 5.712 legisladores estaduais norte-americanos no Twitter (hoje X). Cerca de 30% deles compartilharam, de boa-fé ou deliberadamente, links de fontes não confiáveis. Os republicanos compartilharam até 20 vezes mais que os democratas. O estudo *Key social media risks to democracy*8, organizado pelo Parlamento Europeu (2021), descreve o mecanismo: hiperpersonalização e *microtargeting* criam as tais bolhas em que cada um vê sobretudo o que confirma as próprias crenças, medos e aversões, estreitando o campo moral e tornando qualquer divergência uma ofensa à ordem ou ao grupo. Se o traço autoritário depende do desconforto diante da diferença e o gatilho vem da ruptura do consenso, as mídias digitais completam o serviço amplificando a ansiedade, a sensação de descontrole e a crença de que a diversidade é excessiva.

Preocupa a Stenner a quantidade de informações a que estamos expostos. As incertezas da modernidade desestabilizam o indivíduo com forte predisposição autoritária. São muitos os desafios globais cuja solução está acima da capacidade dos governos locais. É diante de tantas incertezas que surge o líder forte, com promessas de restaurar a ordem, recuperar a coesão social e proteger o povo. Apresenta soluções simplistas, de senso comum ao alcance dos bons, dos valorosos e dos dedicados patriotas. Mas, para cumprir o que promete, o líder pede fé e cobra obediência – como fez Hitler. Mesmo assim, um terço de nós está pronto a aderir.

Segundo Stenner, «a democracia liberal já ultrapassou a capacidade de muitas pessoas de tolerá-la». E acrescenta: «nenhum dos desafios cruciais que enfrentamos atualmente poderá ser superado enquanto não abordarmos essa questão». Se o mundo é complexo demais para que grande parte da população consiga levar a vida sem sentir exaustão ou ansiedade, a psicóloga propõe um tratamento, uma espécie de vacina capaz de mitigar os efeitos dos populismos sobre os indivíduos com predisposição autoritária. E é pragmática: «precisamos ajudar nossos concidadãos a serem as melhores versões de si mesmos.»

O paradoxo é que nenhum resultado pode ser garantido pela liberdade, incluindo a própria liberdade: «se as pessoas são livres para escolher, elas são livres para escolher a falta de liberdade». Assim, para Stenner, se quisermos preservá-la, deveríamos nos empenhar para fornecer aos autoritários a ordem e previsibilidade de que necessitam para viver em paz e conforto com o resto de nós. Para isso acontecer, será preciso baixar o volume da cacofonia da democracia liberal e desenvolver instituições unificadoras capazes de desenhar sistemas que fortaleçam a coesão social, aproximem indivíduos diferentes e gerem inclusão. Nesse processo, segundo a autora, não devemos descartar os verdadeiros conservadores, afinal, eles são nossos baluartes contra revoluções autoritárias. Em coletividade, deveríamos aproveitar a nossa vulnerabilidade compartilhada para forjar uma identidade comum, um «nós» expandido que ofereça o pertencimento que o contrato social atual falhou em entregar.

Começa por reconhecer que os autoritários não são essencialmente maus. São apenas mais uma forma de diferença do ser humano. Uns têm covinha no queixo; outros, não gostam de coentro. Eles são pessoas que tendem a preferir respostas simples diante de situações complexas. Forçar essas pessoas a se expor a mais diversidade do que são capazes de suportar não as torna mais tolerantes. O efeito pode ser inverso. Elas podem resistir na clandestinidade e se radicalizar ainda mais. Se nos cremos melhores porque somos capazes de tolerar certa diversidade, então devemos ser capazes de tolerar esse tipo de personalidade também. Grande parte de nós, e eu faço *mea culpa*, frequentemente quer doutrinar o dissidente, vencê-lo no debate político ou, na falta disso, condená-lo e cancelá-lo para sempre. Não podemos nos atribuir superioridade moral por aceitar a diversidade e, ao mesmo tempo, desprezar aqueles que pensam diferente de nós. É pouco inteligente demonizar, recusar a ouvir e excluir um terço da população das nossas vidas. Impor tabus sobre o debate honesto seria uma incoerência da nossa parte. As comunidades humanas precisam de pessoas que busquem a novidade, a diversidade e a complexidade, e de outras que monitorem e protejam o grupo contra o estranho, o exótico e o desconhecido. É o equilíbrio entre esses contrastes que fortalece o todo. É nessa estabilidade difícil que reside a última defesa possível contra novas ondas autoritárias.

> Para Stenner, a democracia liberal estará mais segura e haverá mais tolerância se desenharmos sistemas que se adaptem à realidade da coletividade, privilegiando experiências comuns de pertencimento em detrimento de eventos que reforçam continuamente as diferenças. E sempre, opinião minha, evitar ao máximo os guetos.

Stenner aponta caminhos que considera possíveis ou desejáveis. Ela entende que as celebrações ostensivas da diversidade podem atemorizar e afastar pessoas com predisposição autoritária. Contudo, intriga-me como seria possível reduzir o volume dessa cacofonia da democracia liberal. Também me pergunto como não confundir a «celebração do multiculturalismo aos quatro ventos», que ela critica, com o exercício legítimo de uma liberdade individual: a mulher muçulmana que adota o *hijab* e o casal *gay* que caminha de mãos dadas na rua. Os exemplos são inúmeros. Ao mesmo tempo, para mim, propostas

como reforçar a unidade superficial e linguística fazem todo o sentido. Eu explico: incentivar o sentimento de unidade e pertencimento com ampliação de atividades em espaços públicos, associações de bairro, agremiações, cooperativas ou mesmo igrejas que proporcionem o convívio entre «diferentes» através do trabalho cívico e das celebrações comunitárias; promover narrativas de sacrifício compartilhado e trabalho comunitário, com a divulgação de histórias reais e de imagens de nativos e estrangeiros, de pessoas de diferentes culturas, grupos e religiões trabalhando em conjunto nos hospitais, nas escolas e nas calamidades públicas; desenvolver programas de incentivo à proficiência na língua nativa é fundamental para essa aproximação. Ela sugere também a velha união contra inimigos comuns para fortalecer a solidariedade e a coesão social. Mas aqui propõe que os inimigos sejam os desastres naturais, a falta de cuidado com os idosos e outros problemas coletivos, percebidos como tais por todos os grupos e diante dos quais toda a comunidade seja incentivada a participar. Programas assim ajudariam os autoritários a tolerar melhor a diversidade ao perceberem a língua em comum e a disposição cívica compartilhada. Para Stenner, a democracia liberal estará mais segura e haverá mais tolerância se desenharmos sistemas que se adaptem à realidade da coletividade, privilegiando experiências comuns de pertencimento em detrimento de eventos que reforçam continuamente as diferenças. E sempre, opinião minha, evitar ao máximo os guetos.

Ilumina-me o diagnóstico da Karen Stenner. Ela desvenda o mistério das imunidades e vulnerabilidades ao contágio das más ideias, do populismo de extrema-direita e da opção por lideranças autoritárias. Oferece diagnóstico, aponta os riscos e indica receituário. Tratamento difícil: pressupõe que toda a gente, menos os autoritários, esteja disposta a tornar o mundo mais confortável para eles. Amargo remédio, às vezes, que exige mais compreensão de uns do que de outros e sacrifícios de quem se dispõe a compreender para manter um bem maior: a democracia liberal. Sociedade, instituições, políticos, imprensa e até algoritmos, todos mancomunados para travar o contágio. Não consigo imaginar essa unanimidade. Não vejo tanta gente compreensiva assim. Qual será a dimensão da catástrofe capaz de nos unir a um pacto assim?

Paradoxo. Aporia.

———

Texto publicado originalmente em dezembro de 2025, revisado em novembro de 2026.

Notas

1– Erich Fromm (1900-1980), nascido em Frankfurt, fugido do nazismo, naturalizado americano, foi psicanalista e filósofo social. É um dos pioneiros no estudo da psicologia do totalitarismo; em *Medo da Liberdade*, de 1941, propõe que, em tempos de incerteza e ameaça, há indivíduos que se submetem a uma autoridade, como um líder ou um regime político, abdicando da liberdade e da responsabilidade

individuais em busca de segurança e alívio para a própria angústia.

2– Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969), nascido em Frankfurt, fugido do nazismo, foi filósofo, sociólogo e musicólogo alemão. Em *A Personalidade Autoritária*, livro publicado em 1950 com a colaboração de vários pesquisadores, apresenta o primeiro grande estudo sobre as disposições psicológicas que tornam certas pessoas particularmente propensas ao preconceito, ao etnocentrismo e à adesão ao fascismo.

3– Robert (Bob) Altemeyer (1940–2024), psicólogo social canadense, professor da Universidade de Manitoba, passou 40 anos pesquisando a submissão voluntária. Seus estudos indicam que indivíduos com alto escore em RWA operam com um duplo padrão ético: rigor punitivo para minorias e desviantes, mas leniência para o próprio grupo e seus líderes. Sob ameaça, podem intensificar a submissão à autoridade e a agressividade contra grupos identificados como inimigos. Seu livro *The Authoritarians* (2006) está disponível gratuitamente em: theauthoritarians.org.

4– Jim Sidanius (1945–2021), nascido em Nova York, desiludiu-se com o racismo nos EUA e emigrou para a Suécia, onde se naturalizou e viveu 13 anos; foi professor em Harvard e na UCLA. Felicia Pratto (1961), norte-americana, é professora na Universidade de Connecticut. A obra seminal da dupla é *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression* (1999). A teoria da dominância social explica como se formam, mantêm e legitimam hierarquias entre grupos, enquanto a escala SDO, desenvolvida pelos pesquisadores, permite medir a orientação individual para a dominância social e a aceitação dessas hierarquias. O modelo ajuda a explicar como as sociedades mantêm e legitimam desigualdades entre grupos sociais. Medido através de questionários, o modelo pontua a tendência de cada indivíduo em apoiar políticas e ideologias que reforçam a desigualdade baseada em dominância social.

5– Karen Stenner (1964), psicóloga e cientista política australiana com passagens pelas universidades de Duke e Princeton. Em 2012 deixou a academia para fundar a *Insight Analytics*, uma consultoria que aplica ciência comportamental para mitigar conflitos sociais. Em *The Authoritarian Dynamic* (2005), antecipou em uma década a ascensão global do populismo.

6– Lisa Oswald é professora de Ciência Social Computacional na Universidade Goethe de Frankfurt e foi pesquisadora de pós-doutorado no Instituto Max Planck para o Desenvolvimento Humano, em Berlim. Em coautoria com seu orientador Ralph Hertwig e os pesquisadores Philipp Lorenz-Spreen e Stephan Lewandowsky, analisou 496 estudos globais sobre os efeitos das mídias digitais na democracia, compilados na revisão sistemática *A systematic review of worldwide causal and correlational evidence on digital media and democracy* (2023). A conclusão central é que, embora as mídias digitais possam aumentar a participação política em democracias emergentes, elas tendem a corroer a confiança, aumentar a polarização e favorecer o populismo em democracias consolidadas.

7– Roan Buma, pesquisador em Comunicação Política na Vrije Universiteit Amsterdam, liderou o estudo *Official yet questionable: examining misinformation in U.S. state legislators' tweets* (2023), realizado em colaboração com colegas do Center for Social Data Analytics da Penn State University. A análise se baseou na qualidade das fontes externas compartilhadas: confiáveis as que corrigem erros e divulgam fatos, e não confiáveis as que espalham desinformação e teorias da conspiração. O trabalho trouxe uma nuance importante para a compreensão do problema: cerca de 70% dos legisladores monitorados não compartilharam nenhuma fonte não confiável nesse período, sugerindo que a desinformação não é uma prática generalizada, mas praxe de uma minoria radicalizada que dissemina conteúdo enganoso.

8– Estudo *Key social media risks to democracy*, de autoria do pesquisador Costica Dumbrava, para o European Parliamentary Research Service (EPRS), de dezembro de 2021, analisa os riscos para a democracia moderna através de cinco vetores cruciais: vigilância, personalização, desinformação, moderação e microtargeting. O documento conclui que, embora as mídias sociais tenham sido inicialmente vistas como grandes facilitadoras da democracia, hoje são criticadas por distorcer a informação, manipular cidadãos e minar instituições democráticas.
